

Violências e resistências de mulheres do Serviço Social na ditadura (1964-1985): percursos metodológicos de pesquisa*

*Maria Elaene Rodrigues Alves
Ana Inês Simões Cardoso de Melo*

Introdução

Atendendo o objetivo desta coletânea em problematizar o Serviço Social em tempos (ultra)neoliberais, considera-se pertinente contribuir com reflexões sobre o processo de produção de conhecimento na nossa área e segundo o marco de referência teórica adotado. O que se traz aqui, portanto, são contribuições a partir da construção e desenvolvimento de pesquisa específica de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UERJ), cujo objeto se voltou para as violências e resistências experimentadas pelas mulheres do Serviço Social no contexto ditatorial de 1964-1985 no país (ALVES, 2018). Se o objetivo deste artigo é o de proporcionar contribuições relativas ao processo de produção de conhecimento, está, contudo, intimamente articulado ao objeto sob exame e que remete aquele período da ditadura civil-militar, permitindo também problematizar os traços conservadores e autoritários que, herdados de um longo passado, ali se impuseram e, sobretudo, nos questiona e envolve nos desafios do presente.

O processo de produção de conhecimento é marcado por diversos questionamentos e descobertas, alguns mais simples e outros de maior complexidade, mas todos com um grau de importância e relevância para aproximações à realidade. No conhecimento do ser social/da vida social (no campo do que se convencionou chamar de Ciências Sociais e Humanas) a questão do método se impõe, sendo importante explicitar que a perspectiva teórica adotada é aquela que aposta no projeto de emancipação humana, ou seja, naquela que se coloca, pela crítica, no horizonte dos subalternos e explorados. Com base nesse entendimento, o materialismo histórico-dialético, sua teoria e método, fundamentou a pesquisa que deu origem a tese de doutorado, como compreensão e explicação dinâmica e histórica do real por meio de um processo de sucessivas aproximações ao objeto em seu movimento objetivo.

* DOI – 10.29388/978-65-81417-38-3-0-f.149-168

Este capítulo apresenta, portanto, questões de teoria e método e dos procedimentos metodológicos que orientaram e resultaram na tese de doutoramento de sua primeira autora, sob orientação da segunda. Pesquisa esta que se propôs ao estudo das violências e resistências vivenciadas por mulheres do Serviço Social – estudantes, docentes e/ou assistentes sociais – em sua inserção no enfrentamento à ditadura civil-militar no Brasil, entre 1964 e 1985 (ALVES, 2018). Destaca-se como hipótese de trabalho, na tese desenvolvida, a afirmação de que as relações patriarcais podem ser associadas à explicação da produção e reprodução das relações sociais capitalistas no país, bem como de que a ditadura civil-militar freou o desenvolvimento teórico-metodológico da profissão em sua vertente crítica, só expressa e retomada no Brasil a partir de 1979.

A questão de pesquisa se voltou, assim, para conhecer como se deu a inserção das mulheres do Serviço Social na realidade brasileira frente ao contexto de ditadura civil-militar de 1964-1985, recortando, especificamente, as violências sofridas e os processos de lutas e resistências experimentados. Importava conhecer, ainda, como essas mulheres, sendo estudantes, assistentes sociais e/ou docentes, além de contestarem o regime ditatorial vigente no período, colocaram em questão os valores estabelecidos acerca do papel da mulher em nossa sociedade e, sobretudo, na política. Isto é particularmente importante, dado o momento político daquele período ditatorial, que marcou o Brasil durante 21 anos, e do legado conservador do Serviço Social. Tratou-se do desafio teórico-empírico de identificar e explicar, historicamente, as propriedades da ditadura civil-militar e suas contradições a partir da experiência específica destas mulheres do Serviço Social.

Com este recorte, foram sendo colocadas as condições para a formulação de questões de pesquisa, reconhecendo que construir perguntas sobre a realidade é estabelecer relações de aproximação, em busca de possíveis respostas, mesmo que sejam parciais, exigindo do(a) pesquisador(a) abertura frente a um percurso tortuoso, porém instigante, e que deve considerar suas diferentes dimensões e que não são dadas de imediato. O conjunto de indagações norteadoras da pesquisa se inseriu, portanto, no processo e percurso de investigação, se orientando para novas inquirições que permitissem se aproximar do objeto em estudo e procurando (re)conhecer, naquele período histórico, a inserção destas mulheres.

Neste texto, o objetivo é o de contribuir com reflexões sobre o processo de produção de conhecimento, considerando as questões de teoria e método articuladas à escolha e delimitação de critérios e procedimentos metodológicos que conduziram o processo de investigação para a tese de doutorado. Para isso, seu desenvolvimento está estruturado em três tópicos. O primeiro discorre sobre a necessidade de buscar os fundamentos do fenômeno

social sob estudo, a partir de um método capaz de propiciar a apreensão do objeto em suas múltiplas determinações, à luz de sua contextualização histórica e do referencial teórico apto a enfrentar os desafios postos à problemática. O segundo tópico aborda, a partir deste caso exemplar de pesquisa, as estratégias adotadas frente as exigências próprias ao processo de pesquisa qualitativa, isto é, seus procedimentos, critérios e recursos metodológicos. O terceiro tópico correlaciona o método e o percurso metodológico com alguns dos resultados centrais obtidos na pesquisa, demonstrando que, por meio de sucessivas aproximações, o método adotado possibilitou apreender esta realidade, a partir de distintas mediações necessárias que envolvem os processos e relações vinculados à problemática de estudo.

No processo de pesquisa é fundamental que a realidade apareça com o máximo da sua vivacidade, identificando as relações e processos aí estabelecidos, por meio da construção do conhecimento acadêmico-científico (IANNI, 2011). Cabe, portanto, reconhecer que o objeto de estudo não é algo inerte, pronto e acabado para ser analisado, na medida em que existem várias determinações que se cruzam nas ações e relações construídas pelos sujeitos sociais e políticos em sua realidade concreta.

1. A escolha do método de pesquisa

Toda investigação se depara com duas ordens de exigências. Uma é a da escolha do método, isto é, de um caminho ou de um percurso para a elucidação do real e que “[...] nunca se apresenta como uma simples soma de técnicas [...], mas sim como um percurso global do espírito que exige ser reinventado para cada trabalho.” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998, p. 15). A outra exigência é a do uso de critérios, procedimentos técnicos e de instrumentos apropriados que darão suporte ao método, viabilizando o processo investigativo.

O método, como um meio consistente de captação da realidade, requer o emprego do pensamento crítico, para que o pesquisador possa desvendar o que não é visível aos seus sentidos e descobrir conexões entre teoria e empiria, para além da forma fenomênica aparente de seu objeto de estudo. Ademais, é fundamental compreender a dinâmica, o movimento do real e isso deve ser dado, do ponto de vista da pesquisa, a partir da teoria. Compreende-se que, para Marx, “[...] a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – *é o real reproduzido e interpretado no plano ideal* (do pensamento).” (NETTO, 2011, p. 21, grifo do autor). Isso significa dizer que a teoria não cria o objeto; o conhecimento teórico é, antes, a reprodução, na consciência do investigador, da objetividade do objeto, de sua “estrutura” e “dinâmica”. E esta reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito

que pesquisa (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tão mais verdadeira quanto mais fiel for o sujeito ao objeto.

A partir dessa compreensão, Netto (2011, p. 22, grifo do autor) observa que o objetivo principal de um(a) pesquisador(a) deve ser o de “apreender a *essência* (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto” que estuda. Se a “aparência fenomênica, imediata e empírica por onde necessariamente inicia o conhecimento” se constitui em “um nível da realidade e, portanto, [...] importante e não descartável”, é, contudo, distinta de sua essência, que, cabe ao(à) pesquisador(a) desvelar. Isto é, “por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador reproduz no plano do pensamento [...] a essência do objeto que investigou”. (NETTO, 2011, p. 22, grifo do autor). Assim sendo, trata-se do “[...] método de pesquisa *que propicia o conhecimento teórico*, [e que] *partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto* [...]” – este que, fundamentalmente, tem “[...] uma existência objetiva, que independe da consciência do pesquisador.” (NETTO, 2011, p. 22, grifo do autor).

A historicidade e a lógica das contradições para a compreensão da totalidade são fundamentais para o método da economia política proposto por Marx. Com este método, parte-se sempre do real e do concreto, que no primeiro caminho, seguido pela economia, constitui uma representação caótica do todo. Através da análise, move-se do concreto idealizado às abstrações até alcançar as determinações mais simples. A partir daí, movimenta-se no caminho inverso, onde o concreto é reconstruído pelo pensamento com uma totalidade rica de determinações e relações diversas. Como afirma Marx (2008, p. 259) “[...] no primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pelo pensamento.”

Nesse sentido, é também importante a advertência de Ianni (2011, p. 397) quando observa que “A realidade é complexa, é heterogênea, é contraditória; apresenta diversas facetas, diversas peculiaridades. Se revela sobre diferentes partes.” O(a) pesquisador(a) “deve observar, deve examinar essa realidade, o fato, o acontecimento que está em questão [...]”, a fim de “[...] basear a compreensão global, que implica em compreender o fato como um todo que seja vivo, não como um todo que está dissecado numa anatomia, numa fotografia, numa sincronia.” (IANNI, 2011, p. 397).

Da mesma forma, Kosik (1976, p. 42) observa acerca do significado da “[...] compreensão dialética da totalidade [...]”, argumentando que não se trata apenas de “[...] que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes.” (KOSIK, 1976, p. 42).

Como observa Netto (2011, p. 44), “O conhecimento teórico é, [...], para Marx, o conhecimento do concreto, que constitui a realidade, mas que não se oferece imediatamente ao pensamento: deve ser reproduzido por este e só ‘a viagem de modo inverso’ permite esta reprodução.” Se a realidade concreta é ponto de partida, Netto também nos relembra quanto ao cuidado de Marx em “[...] distinguir a esfera do ser da esfera do pensamento; o concreto a que chega o pensamento pelo método [...] ‘cientificamente exato’ (o ‘concreto pensado’) é um produto do pensamento que realiza ‘a viagem de modo inverso’.” (NETTO, 2011, p. 44). E, de forma complementar, Netto relembra que “[...] Marx não hesita em qualificar este método como aquele ‘que consiste em se elevar do abstrato ao concreto’, ‘único modo’ pelo qual ‘o cérebro pensante’ ‘se apropria do mundo’.” (NETTO, 2011, p. 45).

Nessa perspectiva, é possível considerar que o ponto de partida da intuição e da representação, que possibilitou a aproximação ao objeto de estudo, encontra-se na convergência das experiências de cunho acadêmico, profissional e político da primeira autora junto à temática da violência contra a mulher. O vínculo com a bandeira de luta das mulheres, ou seja, do feminismo – como movimento social emancipatório que se propõe a superação da dominação/exploração hetero-patriarcal, racista e capitalista, pautando a igualdade e a liberdade para mulheres –, esteve, portanto, relacionado ao interesse em realizar esta pesquisa e constituiu, por assim dizer, o ponto de inflexão inicial. Assim, o método utilizado para apreensão e sistematização do real está diretamente ligado ao perfilamento teórico-político da pesquisadora, intrínseco ao compromisso com o objetivo de conhecimento que procurou apreender o movimento real do objeto proposto, permeado por processos históricos e determinações econômico-políticas e socioculturais.

As relações sociais associadas a este objeto de estudo expressam, assim, clivagens importantes e pertinentes, em que as relações patriarcais e raciais se somam àquelas das classes sociais – a rigor, fundantes do ordenamento capitalista. Ou seja, apreender a ditadura civil-militar no Brasil exige inscrever este processo particular (e as singularidades do posicionamento e alinhamento de mulheres de uma profissão no seio das resistências políticas frente às múltiplas violências do Estado ditatorial), em uma totalidade carregada de contradições, que é a formação social brasileira nos marcos do ordenamento monopólico no país, marcado, também, pelo racismo e pelo machismo, tomados para estudo circunscrito dos anos de 1964-1985. Ao abordar a experiência de mulheres do Serviço Social no contexto da ditadura civil-militar, é necessária a escolha teórico-metodológica e sua expressão no universo categorial utilizado para explicar a inserção da mulher neste processo.

Nesse sentido, foram demarcados como objetivos centrais do processo investigativo: analisar a inserção de mulheres estudantes, assistentes sociais e/ou docentes do Serviço Social no processo de lutas e de estratégias de resistência à ditadura civil-militar brasileira no período de 1964 a 1985; bem como o de conhecer e explicitar as várias formas de violência experimentadas. Já especificamente, a pesquisa objetivou identificar as mulheres do Serviço Social que sofreram violências – torturas em todas as suas formas, sejam elas psicológica, física e/ou sexual; verificar e conhecer quais as estratégias de resistências utilizadas no enfrentamento à ditadura civil-militar brasileira e a relação com o Serviço Social; e explicar este processo de resistências e de violências por elas experimentado.

Partindo da realidade social desse período histórico tratava-se de captar as múltiplas determinações das relações da sociedade capitalista em um contexto de ditadura civil-militar, articulando e identificando suas mediações com as relações patriarcais de gênero, a fim de abordar as violências e resistências experimentadas pelas mulheres do Serviço Social. Categorias essenciais ao método utilizado foram as de totalidade, contradição e mediação, bem como, ao abordar este objeto a ser capturado pelo pensamento, a fim de apreender sua estrutura e dinâmica, exigiu relacionar as categorias de particularidade e singularidade frente a universalidade do modo de produção capitalista, isto é, especificamente, nos marcos da ordem monopólica e na formação social brasileira. E, nesse sentido, as relações patriarcais de gênero também constituíram mediação essencial para apreender a especificidade particular do capitalismo no Brasil¹.

No que tange às escolhas propriamente ditas frente ao objeto de estudo, procurou-se captá-lo em seu conjunto, por se tratar da experiência social e política de mulheres estudantes, assistentes sociais e/ou docentes que vivenciaram as agruras do cotidiano das repressões e violações de direitos humanos na ditadura civil-militar. De acordo com Netto (2011), no materialismo histórico-dialético, a teoria é uma modalidade especial de conhecimento do objeto que busca compreender a estrutura dinâmica de sua existência real efetiva.

Trata-se, ainda, de um método que, por suas características dinâmicas e relacionais, foge do padrão linear e predeterminado de aproximação à realidade, visto que por esta é, também, moldado e incorpora o seu movimento, cabendo apreender o movimento objetivo do objeto sob estudo em sua processualidade. Com isso, o contexto da ditadura civil-militar foi tratado, metodologicamente,

¹ Evidentemente, o seriam também as relações raciais, considerando a realidade do passado escravista no país; no entanto, nesta pesquisa, não se objetivou responder a esta mediação da particularidade histórica da formação social brasileira, reconhecendo, contudo, sua importância em possíveis estudos futuros.

como um processo ambíguo e contraditório. Isto porque, ele homogeneiza a sua lógica estrutural, mas, ao mesmo tempo, cria e recria diferenciações e tensões históricas.

Como expresso anteriormente, na perspectiva teórico-metodológica adotada, se o objeto violências e resistências de mulheres do Serviço Social na ditadura civil-militar de 1964-1985 se revela em sua forma fenomênica como concreto, para ser apreendido necessitou ser identificado em sua estrutura e dinâmica. Todavia, tal não se deu a partir de conceitos pré-estabelecidos, da idealização de que o conceito pudesse criar o objeto, tendo em vista sua existência em si, objetiva. Isto porque se “A totalidade concreta como totalidade de pensamento, como um concreto de pensamento, é de fato um produto do pensar, do conceituar [...]” (MARX, 2008, p. 259), é no modo da exposição que se torna possível expressar este todo concreto, a partir do pensamento, reconstruindo o processo global em suas relações, contradições e mediações. Se o processo de pensamento tem sua trajetória própria, é no concreto real que está sua condição de possibilidade, pois, o objeto, assim revelado pelo conhecimento teórico-científico, “[...] de forma alguma é um produto do conceito que pensa fora e acima da intuição e da representação, e gera a si próprio, sendo antes produto da elaboração da intuição e da representação em conceitos.” (MARX, 2008, p. 259).

Seguindo a orientação metodológica presente no Posfácio à segunda edição alemã do volume 1 de *O Capital*, cabe lembrar, portanto, a distinção entre os modos de investigação e de exposição. Assim, no modo de investigação, trata-se “[...] de se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexo interno.” (MARX, 2013, p. 78). Isto é, responder às questões de pesquisa, investigar e identificar particularidades e singularidades do objeto de estudo, reconhecer suas contradições e mediações, a fim de revelar sua estrutura e dinâmica, para poder “[...] expor adequadamente [seu] movimento real.” (MARX, 2013, p. 78). Como complementa Marx, “Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori.” (MARX, 2013, p. 78).

A partir dessa orientação se tornou possível partir do nível mais geral e abstrato, com o intuito de revelar a interface das relações patriarcais com o contexto da ditadura civil-militar de 1964-1985, nas particularidades da formação social brasileira e do desenvolvimento do capitalismo entre nós e como se vinculam, nesse processo. Isto é, as diferentes formas de violências que as mulheres do Serviço Social – estudantes, docentes e/ou assistentes sociais – experimentaram e viveram sob a ditadura brasileira, bem como suas lutas e resistências.

Expostos alguns dos fundamentos da teoria e método que orientaram a pesquisa, cabe retomar, agora, como se constituiu a trajetória de pesquisa. Isto porque, como mencionado no início deste tópico, não menos importantes são também os procedimentos metodológicos, os critérios, técnicas e instrumentos que permitiram e viabilizaram a realização da pesquisa.

2. Percursos metodológicos da pesquisa

Para a realização deste estudo qualitativo e de natureza exploratória se recorreu, além da revisão teórico-bibliográfica e de pesquisa documental, ao trabalho de campo envolvendo entrevistas com 10 (dez) mulheres do Serviço Social que estiveram inseridas, como estudantes, assistentes sociais e/ou docentes, nas lutas e resistências daquele período, bem como sofreram diferentes tipos de violência nesse processo.²

No que se refere aos procedimentos metodológicos, observa-se que as questões suscitadas pela pesquisa conduziram à opção pela realização da “triangulação dos dados”, através da pesquisa de cunho teórico-bibliográfico, documental e de entrevistas. Segundo Minayo (2010), este trabalho de triangulação é importante na realização de pesquisas quantitativas e qualitativas. Ele favorece, na opinião da autora, a análise do “[...] contexto, da história, das relações, das representações [...], visão de vários informantes e o emprego de uma variedade de técnicas de coleta de dados que acompanha o trabalho de investigação.” (MINAYO, 2010, p. 28-29).

Na pesquisa e revisão teórico-bibliográfica foram pesquisados índices remissivos em literatura especializada; referências ao tema em monografias, dissertações e teses, bem como em artigos e livros, documentos oficiais (nacionais) de escopo abrangente e localizado; relatórios de pesquisas realizadas com finalidades políticas e acadêmicas; matérias divulgadas em veículos científicos de circulação periódica; entrevistas publicadas, pronunciamentos e editoriais de autoria de especialistas, veiculados por órgãos de comunicação acadêmica e de massa; ordenamentos legais; matérias abalizadas disponíveis na internet. Isso demandou, naturalmente, exaustiva pesquisa e revisão bibliográfica, por meio das quais foram obtidos dados e informações secundárias ou indiretas, mas que muito contribuíram para o estudo.

Para a pesquisa documental foram consultadas fontes diversas, desde aquelas já publicadas até a consulta e análise de registros do Sistema Nacional de Informações (SNI), disponíveis no Arquivo Nacional, no Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil, denominado “Memórias Reveladas”.

² O projeto desta pesquisa foi submetido à Comissão de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CEP/UERJ), sob registro no. CAAE: 55619716.6.0000.5282, tendo obtido parecer favorável sob no. 1.657.943.

Foram realizadas visitas semanais ao Arquivo Nacional, durante três meses³, para consulta ao acervo do Serviço Nacional de Informações (SNI), que foi criado, naquele período ditatorial, com o objetivo de supervisionar e coordenar as atividades de informações e contrainformações no Brasil e exterior⁴.

Esta aproximação às fontes documentais foi importante como parte dos passos iniciais para a pesquisa. Elas propiciaram informações importantes e pertinentes que, bem integradas ao longo da investigação, permitiram uma primeira contextualização, auxiliando, ainda, na preparação da pesquisa de campo e contribuindo na identificação de possíveis informantes para a realização de entrevistas. Na pesquisa de campo, a técnica de investigação utilizada foi a entrevista em profundidade, com a coleta de depoimentos orais. Estas entrevistas foram realizadas tendo por referência um roteiro semiestruturado, orientador das questões e pontos de interesse a serem abordados. Esta técnica permitiu que fossem recolhidos os relatos orais, a partir de depoimentos sobre as trajetórias de vida das mulheres entrevistadas, especialmente em suas relações com o contexto sócio-histórico brasileiro e, especificamente, no que se refere ao período da ditadura civil-militar de 1964-1985.

Considerada um instrumento fundamental na produção de conhecimento, via pesquisa de campo, a entrevista temática com roteiro semiestruturado, segundo Triviños (1987), corresponde àquela que parte de certos questionamentos básicos apoiados em teorias e nas hipóteses de trabalho para a pesquisa e oferecem amplo campo de interrogações. Novos pressupostos e/ou hipóteses podem, assim, surgir em articulação com as respostas do informante. Este último, por sua vez, “[...] seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146). Nesse sentido, a entrevista individual realizada na pesquisa de campo teve o objetivo de captar os depoimentos orais das assistentes sociais sobre as violências e resistências vivenciadas no contexto de ditadura civil-militar brasileira, no período de 1964-1985.

³ Teve-se acesso, na ocasião, à Plataforma D-Space, onde está arquivada a documentação do Serviço Nacional de Informações (SNI), sob forma digitalizada. O D-Space é um software que reúne metadados e representantes digitais dos documentos que integram os acervos da ditadura civil-militar, o que facilita o acesso à informação produzida no período, a partir da pesquisa ao conteúdo indexado no banco de dados.

⁴ BRASIL. Lei nº 4.341, em 13 de junho de 1964, sob o regime ditatorial (BRASIL, 1964). Cf. BRASIL. **Lei no. 4.341, de 13 de junho de 1964.** Cria o Serviço Nacional de Informações. Diário Oficial da União, Brasília, 15 jun. 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14341.htm. Acesso em: 08 jun. 2021.

De acordo com Haguette (1992, p. 86), a entrevista pode ser definida como um “[...] processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado.” A entrevista, como técnica de coleta de dados sobre um determinado tema científico na pesquisa social, é, sem dúvida, muito utilizada no trabalho de campo. Todavia, no caso específico desta investigação, a entrevista foi empregada não só por se tratar de uma técnica muito usual em pesquisas de caráter qualitativo, mas, ainda, por possibilitar dar voz a estas mulheres.

Tornou-se possível, assim, resgatar e publicizar seu legado, sendo que este interessa não apenas ao Serviço Social, mas ao conjunto da sociedade brasileira. É, dessa forma, um instrumento que contribui para o resgate da memória, a partir de depoimentos orais dos próprios sujeitos sobre o objeto em questão – nesta pesquisa, especificamente, os de mulheres do Serviço Social, que foram protagonistas de lutas e resistências e que sofreram as violências por parte do Estado brasileiro, no período estudado. Por isso, as entrevistas, também compreendidas como uma “[...] conversa com finalidade [...]” (MINAYO, 1999, p. 65), constituíram um momento extremamente enriquecedor da pesquisa. Elas permitiram aprofundar questões e/ou suscitaram novas perspectivas. Além das informações apresentadas pelos sujeitos da pesquisa, foram registradas também observações e situações identificadas, pela própria pesquisadora, durante todo o trabalho de campo.

Considerando o escopo do estudo, os sujeitos da pesquisa foram identificados e selecionados a partir dos seguintes critérios de inclusão: mulheres que, no período de 1964 a 1985, estiveram inseridas como assistentes sociais, estudantes, e/ou docentes de Serviço Social, nas lutas e enfrentamentos à ditadura de 1964-1985 no Brasil, e que sofreram diferentes formas de violência e violações de direitos e que assim se autodeclararam. A partir da pesquisa realizada junto aos documentos do SNI, conforme mencionado, foi possível identificar algumas delas, além de outras já conhecidas no âmbito da profissão, bem como apreender elementos sobre os movimentos dos quais participaram e suas formas de inserção.

O trabalho de campo teve início já com um mapeamento prévio do contexto de inserção das mulheres do Serviço Social naquele período histórico. Através desse processo, foi possível delimitar o universo a ser pesquisado, ou seja, o grupo de mulheres que retratasse efetivamente o fenômeno em estudo, expressando-o como “[...] totalidade em suas múltiplas dimensões.” (MINAYO, 1999, p. 102). Para chegar, porém, a esse grupo de pesquisa, representativo da questão que se queria investigar, esse processo foi também articulado com a técnica de identificação de informantes conhecida como “bola de neve” (*Snowball*), através da qual começamos com uma entrevistada que, por sua vez,

apresenta outros(as) informantes passíveis de serem entrevistados(as), desde que detenham os atributos segundo os critérios adotados e que se mencionou anteriormente (MANGABEIRA, 1993).

Outro procedimento adotado foi o de uma amostra não-probabilística, cuja delimitação é dada pela saturação das respostas em relação a conceitos e/ou categorias centrais ao objeto de pesquisa. (FONTANELLA *et al*, 2008). Dessa forma, não há a definição e escolha previamente deliberadas dos(as) entrevistadas, reconhecendo que, na pesquisa qualitativa, este recorte não é fundamentado em critérios numéricos, como o previsto para pesquisas quantitativas e que operam com definições estatísticas. Concordando com a argumentação de Minayo (1999), cabe lembrar que a amostra, na pesquisa qualitativa, deve ser capaz de expressar, de modo amplo, o objeto de pesquisa, abrangendo suas múltiplas dimensões. Logo, em suas palavras, “[...] o número de pessoas é menos importante do que a teimosia de enxergar a questão sob várias perspectivas, pontos de vista e de observação.” (MINAYO, 1999, p. 103).

Como técnica para análise do material recolhido, recorreu-se, para sistematização e tratamento dos dados obtidos, à análise de conteúdo (AC), por se entender que essa técnica permitia a sistematização do conhecimento, de modo articulado ao objetivo deste estudo. Para tanto, procurou-se cumprir todas as fases deste procedimento, quais sejam: a pré-análise, a análise do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Trabalhou-se, ainda, no processo de classificação e sistematização, com a análise temática e/ou categorial, tanto para o tratamento do material colhido nas entrevistas, quanto para aquele reunido através das fontes documentais, que constituíram, dessa forma, o *corpus* da pesquisa. (MINAYO, 1999; GOMES, 1994; FRANCO, 2008).

Levar em conta a advertência quanto a não se deixar submergir pelos procedimentos metodológicos, suas técnicas e instrumentos foi um importante guia em todo o processo investigativo, reconhecendo-se os diferentes achados e descobertas, próprios aos percursos necessários à pesquisa acadêmico-científica. Dessa forma, no processo de interpretação e análise, sucessivas aproximações foram feitas aos materiais, tanto àqueles provenientes do campo empírico quanto do processo de elaboração teórica. Nesse sentido, destaca-se o risco da submissão acrítica aos recursos técnicos e instrumentais, que poderiam interferir no processo, reconhecendo que “A ciência se volta para a realidade. As técnicas que ela utiliza não servem dela (pelo menos não o deveriam!), mas servem a ela, dentro de esquemas teóricos e metodológicos específicos e em relação a realidades específicas.” (CARDOSO, 1971, p. 19). E, sobretudo, “Sendo sempre limitado, parcial, o conhecimento é necessariamente menos rico e complexo do que a realidade a que se refere [...]”. (CARDOSO, 1971, p. 4), sendo importante apresentar, como último tópico deste texto, alguns dos

resultados mais centrais alcançados, procurando evidenciar suas relações com os percursos metodológicos trilhados.

3. Os percursos metodológicos e alguns resultados centrais da pesquisa

O objetivo deste capítulo se voltou especificamente para contribuir com reflexões sobre a adoção de percursos metodológicos de pesquisa, procurando integrar tanto elementos essenciais da teoria e método que sustentaram a fundamentação do estudo, quanto os procedimentos metodológicos em seus critérios, instrumentos e técnicas em uma abordagem qualitativa da pesquisa social. Deve se advertir, de antemão, que, ao abordar a experiência de mulheres do Serviço Social no contexto da ditadura civil-militar de 1964-1985, ficou patente a pertinência destes percursos metodológicos. Destaca-se, especialmente, o processo de triangulação das informações, a partir da revisão teórico-bibliográfica, pesquisa documental e das entrevistas realizadas.

Formulações teóricas clássicas expressam o a ditadura de 1964-1985 como processos contrarrevolucionários que se desenvolvem preventivamente, constituindo uma autocracia burguesa, na perspectiva desenvolvida por Florestan Fernandes (2006). Articula-se uma reação conservadora tanto ao avanço de lutas e organização de trabalhadores urbanos e rurais, quanto frente ao Estado de direito e ao processo democrático, com as parcas conquistas advindas do período anterior. Em relação ao plano externo, verifica-se a adesão aos interesses e projeto do grande capital nos marcos da Guerra Fria – não tão simplesmente, Ianni (1981) frisa este aspecto, com o próprio título de sua obra clássica “A ditadura do grande capital”. Ambos os autores convergem em suas análises ao considerar a natureza e os interesses de classe, tendo em vista o exercício político pela elite do grande capital e de uma burocracia autoritária articulados ao capital nacional e internacional. Também se destaca, nestas análises teóricas, a repressão as classes populares e aos seus projetos e o projeto do grande capital no contexto daquele ciclo econômico-político à escala mundial.

Consoante a essas formulações teóricas, quando hoje se olha o passado, e este é reconhecido em sua relevância, fica claro o avanço da investigação científica quanto à abordagem do significado histórico daquele golpe de 1964, sendo que Netto (2014, p. 74), entre outros autores, vem destacando sua especificidade e maior precisão não como “[...] puramente um golpe militar [...]”, mas como “um golpe civil-militar”. O regime ditatorial que se seguiu ao golpe civil-militar, no período entre 1964-1985, “[...] com a instrumentalização das Forças Armadas pelo grande capital e pelo latifúndio, configurou a solução que, para a crise do capitalismo no Brasil à época,

interessava aos maiores empresários e banqueiros, aos latifundiários e às empresas estrangeiras.” (NETTO, 2014, p. 74). Dessa forma, observa-se que um dos elementos que expressam o desenvolvimento em termos de uma análise mais precisa do que estava em jogo naquele cenário político e econômico é o reconhecimento de que aquele momento não se caracterizou exclusivamente como um golpe militar. Isso significa que a ação dos militares, não constituiu em um ato isolado, mas encontrava-se respaldada *em amplos setores da burguesia brasileira: grandes empresários, a oligarquia financeira, grandes jornais que representavam os interesses do capital nacional e internacional, além de organizações que atuaram, durante anos, preparando a derrocada do governo legítimo.*

Em termos da fundamentação teórica e de análises acadêmico-bibliográficas foi possível recorrer a essas análises clássicas, bem como aquelas mais recentes, procurando articular o universo temático e categorial da tese a essas determinações estruturais do capitalismo em seus vínculos com o regime ditatorial instaurado no país. E, nessa perspectiva, foi central sua articulação, também, às especificidades particulares da formação social brasileira no que se refere a seu passado colonial, à conformação de uma autocracia burguesa e de suas relações com a violência, especialmente aquela provinda do Estado.

De fato, quando escrevemos hoje este capítulo, para além da tese defendida em 2018 – quando já se anunciavam traços de reavivamento do conservadorismo –, é possível identificar a impregnação do caráter autoritário e conservador da sociedade brasileira aos interesses de classe, articulando a burguesia nacional e internacional. A primeira associada à dependência externa e a desigualdade do desenvolvimento interno em sua vergonhosa subalternidade nessa aliança, expressa em especial devoção à relação de mando e obediência, alimentada pela apropriação privada da coisa pública mediante a captura do Estado nacional para fins privados. Processos esses que resgatam a história da sociedade brasileira e, especialmente, do período ditatorial, e cuja “dialética presente-passado” precisa ser também apreendida. Se esta questão já era presente e necessária na tese desenvolvida, certamente o é mais agora ainda, sendo pertinente lembrar a afirmação de Ianni (2011, p. 400), ao observar que “[...] há passados que são determinantes, que são constitutivos. E, há passados que ficaram irrelevantes. [...] Nesse sentido, a dialética presente-passado não é exatamente a mesma. Ao contrário, ela pode ser muito diferenciada.” e, portanto, vem nos inquerir quanto aos desafios do presente.

Os percursos da pesquisa resultaram, portanto, desta articulação entre proposições e formulações clássicas do marxismo e aquelas mais recentes, sobre a formação social brasileira e a ditadura civil-militar de 1964-1985, a partir da revisão teórico-bibliográfica. Acrescenta-se, ainda, a mediação realizada

através do conceito de relações patriarcais de gênero (SAFIOTTI, 2004)⁵, sendo que esta opção parte de uma concepção política e teórica no sentido de compreender e explicar o processo de exploração e dominação articulado à sociedade capitalista, na formação social brasileira. A contribuição da autora é importante ao considerar as relações patriarcais de gênero, classe e raça/etnia como constitutivas de um sistema de dominação e exploração das mulheres, que se configura em opressão. Entende-se, portanto, que a imbricação entre estes três elementos é essencial para a análise proposta, a fim de compreender o objeto de estudo.

Na identificação dos elementos constitutivos que estruturavam e conferiam o movimento do objeto de pesquisa em sua dinâmica, também foi importante, cotejar informações a partir de dados provenientes de pesquisa documental sobre aquele período ditatorial. A pertinência da pesquisa documental se deu, ainda, na perspectiva de apreensão dos processos históricos e, especialmente, quando voltados a identificação de seus sujeitos e de suas ações. Tal abordagem permitiu identificar tanto os processos de violências experimentadas, especialmente pelas mulheres do Serviço Social como sujeitos que sofreram a repressão do Estado ditatorial, quanto de suas ações e lutas na resistência ao regime. A pesquisa documental permitiu, ainda, organizar o trabalho de campo com as entrevistas, sugerindo elementos para a conformação do grupo de pesquisa, na identificação das informantes que seriam buscadas para os depoimentos orais. Dessa forma, pelos conteúdos presentes nas fontes documentais, pelos depoimentos orais e pela revisão teórico-bibliográfica, se tornou possível triangular informações pertinentes.

As entrevistas foram essenciais ao percurso da pesquisa, sendo um dos objetivos centrais o de reconhecer e dar voz, através de seus depoimentos orais concedidos à pesquisa, ao relato da mulher, militante política: suas experiências, projetos, medos, aprendizados, recordações e respostas à situação extrema que foi vivenciada em suas lutas e resistências, que convergiam para a construção de uma outra sociedade. Interessante notar, em termos das violências e resistências experimentadas, as informações provenientes tanto das fontes documentais quanto de seus depoimentos frente a mediação essencial à hipótese de trabalho da pesquisa – as relações patriarcais de gênero –, tornando possível fazer um contraponto com questões vinculadas à violência e à participação política das mulheres, em sua multiplicidade de lutas e resistências nos movimentos e/ou nas distintas organizações políticas e partidárias da época.

⁵ Heleieth Saffioti argumenta sobre a utilização dos dois conceitos, considerando que, de modo geral, gênero pode significar relações igualitárias entre homens e mulheres, sendo mais amplo e genérico, e, ao contrário, patriarcado trata, necessariamente, da relação de dominação material e simbólica dos homens sobre as mulheres, sendo mais específico e que qualifica, historicamente, o primeiro (SAFFIOTTI, 2004).

No que se refere às violências experimentadas, deve ser ressaltado que quando presas sofriam não apenas com a tortura, mas também pela forma como essa se especificava para as mulheres, inclusive entre aquelas que constituíram o grupo de pesquisa. Presente nos depoimentos orais colhidos, nas fontes documentais pesquisadas e/ou na produção teórico-bibliográfica, estas informações puderam, por vezes, ser também trianguladas. As mulheres relataram, em exemplos relacionados à tortura em sua expressão específica, os abusos sexuais, a exposição de seus corpos, os choques em suas partes íntimas e, ainda, que foram violentadas e/ou estupradas, entre outros. As fontes primárias e secundárias permitiram, portanto, cotejar as informações e afirmar sobre esta forma própria pela qual os torturadores usavam a questão da mulher e do feminino também ameaçando familiares e filhos pequenos – crianças – em sessões de torturas: “Registra-se que a violência, seja essa física, moral, sexual, psíquica, institucional e/ou de outra natureza, se instaurou no cotidiano dessas mulheres, obrigando-as a vivenciarem sofrimentos, humilhações, negações e mortes.” (ALVES, 2018, p. 104).

Quanto as lutas e resistências, deve ser afirmado que estas mulheres ousaram emergir no espaço público, político e, por excelência, masculino, seja nas distintas organizações, inclusive clandestinas, nos movimentos sociais e/ou nos partidos políticos existentes à época da ditadura civil-militar. Também, em seus depoimentos, foi possível corroborar a permanência e consequência resultante daquele engajamento pela continuidade de suas trajetórias e pelas posições ocupadas no trabalho e na vida política posterior e, na maioria dos casos, ainda hoje. Suas trajetórias evidenciam suas convicções políticas, as lutas e objetivos perseguidos de uma sociedade mais justa e igualitária, ainda que frente a marcas físicas e mentais que as torturas deixaram em seus corpos.

É possível reconhecer diferentes formas e frentes de lutas e resistências nas trajetórias dessas mulheres, sejam elas de forma direta ou indireta. De um lado, junto a outras mulheres – mesmo que não inseridas diretamente nas lutas e/ou que não tenham sofrido violências diretas durante a ditadura civil-militar – as estudantes, docentes e/ou assistentes sociais, muitas vezes, se engajaram em lutas relacionadas aos laços afetivos, no apoio a familiares (maridos e/ou filhos e parentes diversos) e amigos. Uma segunda frente de lutas foi aquela específica de militantes, que atuaram em partidos, entidades, movimentos sociais e/ou organizações, inclusive clandestinas. Uma terceira forma foi aquela da resistência às torturas e na transformação de seus corpos em campos de batalhas e, finalmente, também pelas perseguições que sofreram com exílio, a clandestinidade e/ou após a prisão, inclusive, no período pós-ditatorial em sua inserção na vida pessoal, profissional e política. Destaca-se, aqui, especialmente, a continuidade e persistência nas lutas diversas pela democratização da sociedade brasileira e, especificamente, na categoria ocupacional do Serviço

Social, seja na pesquisa, na docência, no exercício profissional e/ou na vida política do país.

Em todas essas situações, as mulheres do Serviço Social – que foram objeto desta pesquisa e sujeitos de seu tempo – demonstraram grande capacidade de resistir, como genuínas representantes daquela geração, ao se inserir nas lutas sociais em defesa da liberdade, da justiça social e de uma sociedade democrática. Além disso, vários preconceitos foram experimentados por serem mulheres e por estarem em espaços políticos historicamente negados a esse segmento social. Estudar a história dessas mulheres significa também uma tentativa de ruptura com o passado arcaico da sociedade brasileira que atribui papel secundário à mulher na política, ou mesmo lhe nega o direito de participação no espaço público. Essa cultura patriarcal e machista também marca a história do Serviço Social e sua origem conservadora. Essas mulheres ousaram ocupar o espaço político e público, naquele período histórico da ditadura civil-militar de 1964-1985, numa perspectiva bastante distinta daquela das precursoras, bem como de outras que também integravam a profissão à época, em diferentes formas de resistências.

Considerações Finais

Este capítulo se propôs a contribuir com reflexões sobre os percursos metodológicos da pesquisa sobre as violências e resistências das mulheres do Serviço Social na ditadura civil-militar brasileira de 1964-1985, procurando revelar distintos aspectos desse processo. Como se procurou demonstrar aqui, foram apresentados desde as aproximações iniciais ao objeto de estudo, as escolhas teóricas e de método e, a partir de alguns dos resultados desta pesquisa, os percursos metodológicos desenvolvidos. Procurando suscitar reflexões sobre o processo de pesquisa social, é evidenciada a pertinência dos percursos metodológicos adotados, a partir da triangulação de dados, através do método e da fundamentação teórica, como também dos instrumentos, critérios e técnicas de pesquisa. Também advertimos que nos limitamos a apresentar alguns dos resultados mais significativos e que permitissem evidenciar os percursos metodológicos e não tanto a pesquisa como um todo e que é objeto da tese.⁶

⁶ Recordar-se aqui que, neste capítulo, apresentamos o desenvolvimento da teoria e método, bem como dos procedimentos metodológicos, a partir de um trabalho de pesquisa, a fim de contribuir com reflexões e problematização do processo de produção do conhecimento. Quando realizamos a revisão final deste texto, coincidentemente, está sendo publicado o livro que resultou da tese de doutorado (ALVES, 2022) e no qual é apresentada a pesquisa como um todo, exceto o capítulo primeiro daquela tese, cujo conteúdo aqui se expõe, de forma revista e revisada, pelas autoras deste texto.

Assim, por meio das sucessivas idas e vindas, da singularidade à universalidade, e tendo por referência o acúmulo de conhecimento proporcionado pela pesquisa, foi possível apreender criticamente e através de mediações a realidade pesquisada. O método de pesquisa e de análise crítica e teórica mostrou-se como fundamental, portanto, neste esforço de decifração da realidade. E, sendo assim, na exposição, expressa na tese de doutoramento resultante da pesquisa realizada, o universo teórico e categorial partiu de um nível mais geral, apreendendo os processos históricos que determinaram a ditadura civil-militar de 1964-1985 no país, especialmente relacionados ao desenvolvimento do capitalismo nas especificidades particulares da formação social brasileira. De forma articulada, as relações patriarcais se constituíram, então, em uma mediação frente ao objeto tomado para estudo, até chegar à abordagem das violências e resistências experimentadas pelas mulheres do Serviço Social naquele período.

O objetivo de apresentar esta contribuição visa reconhecer os diferentes procedimentos e percursos em que se desenvolve o processo investigativo na pesquisa social, aqui particularmente a de natureza qualitativa, até que se chegue ao seu resultado final, como no caso exemplificado, em sua exposição em uma tese de doutoramento. Consideramos ser importante a abordagem sobre estes percursos metodológicos, a fim de evidenciar como se processou a pesquisa, materializando, a partir deste caso exemplar, como se articularam, de forma acurada, teoria, método e procedimentos metodológicos nas distintas aproximações ao objeto de pesquisa e na produção de conhecimento.

Referências

ALVES, M. E. R. **História de um tempo sem memória**: resistências das mulheres do Serviço Social na Ditadura de 1964-1985. Uberlândia: Navegando, 2022. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/assistente-social-editadura>. Acesso em: 07 mar. 2022.

ALVES, M. E. R. **“Pequena memória para um tempo sem memória”**: violências e resistências entre mulheres do Serviço Social na Ditadura Civil-Militar de 1964-1985. 2018. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BRASIL. Lei n° 4.341, de 13 de junho de 1964. Cria o Serviço Nacional de Informações. **Diário Oficial da União**, Brasília. 15 jun. 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4341.htm. Acesso em: 08 jun. 2021.

CARDOSO, M. L. **O mito do método**. Seminário de metodologia. Rio de Janeiro/Campinas: PUC– Rio/Universidade Estadual de Campinas, 1971.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 2006.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J. R. J.; TURATO, E. R. **Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde**: contribuições teóricas. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, jan. 2008.

FRANCO, M.L.P.B. **Análise de conteúdo**. 3a. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M.C. de S. (Org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 67-80.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 3.ed.rev. e atual. Petrópolis: Vozes, 1992

IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

IANNI, O. A construção da categoria. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 11 n. 41e: abr. 2011 (n. esp.), p. 397-416, abr. 2011.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MANGABEIRA, W. Questões de método e o trabalho de campo em Volta Redonda. *In*: MANGABEIRA, W. **Dilemas do novo sindicalismo**: democracia e política em Volta Redonda. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ ANPOCS, 1993, p. 35-62.

MARX, K. Introdução à contribuição à crítica da economia política. *In*: MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. e Introd. de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 237-272.

MARX, K. **O capital**: crítica da Economia Política. 2. reimp. Livro 1. v.1. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MINAYO, M. C. de S. **Desafio do conhecimento**: metodologia de pesquisa (qualitativa) em saúde. 6. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/ABRASCO, 1999.

MINAYO, M. C. de S. Introdução. *In*: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. p. 19-51.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P. **Pequena história da ditadura brasileira**. São Paulo: Cortez, 2014.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação – o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.